

De Menocchio a José Luiz: escavando sentidos para a formação de leitores

From Menocchio to José Luiz: excavating senses for the readers formation

Jane Paiva¹, William Rodrigues Barbosa²

Resumo: O artigo apresenta parte de uma pesquisa que, valendo-se das narrativas orais e escritas ordinárias de um idoso, um protagonista anônimo – José Luiz da Silva, colaborador —, foi em busca de conhecer o processo de formação (humana) e como leitor de um sujeito que, mesmo privado do direito à educação escolar, alfabetizou-se em outros espaços e, por meio desse *fundamento*, aventurou-se à construção de conhecimentos de forma (quase) autodidata. O estudo contou com o auxílio teórico-metodológico da história oral, em diálogo com propostas de pesquisas (auto)biográficas de formação. As obras de Ginzburg (2006), Darnton (2011) e Certeau (2013) subsidiaram a interpretação das narrativas sobre leituras do colaborador. Especialmente neste artigo, enfoca-se a aproximação do processo de (auto)formação de José Luiz com o vivenciado por Menocchio, o moleiro friulano encontrado e estudado por Ginzburg em autos da Inquisição. Compreender os processos de tessitura do conhecimento sobre a cultura escrita realizados pelo narrador permitiu materializar aspectos pouco evidentes para os que se fazem convencidos de que a escola é o lugar privilegiado de ensinar e de aprender, o que José Luiz nega e repõe em outro lugar, ao narrar suas histórias. O homem-leitor que emerge da investigação resulta de suas leituras, da religiosidade que o acompanhou por um largo tempo, e de suas vivências — mas não se reduz a um reflexo dessas influências, pela forma como as apreende e recria. As respostas às provocações feitas à memória demonstraram singularidades, engendradas pela percepção do sujeito em relação ao mundo. Suas experiências mostraram o quanto a formação de um indivíduo é complexa e se complexifica ao longo da vida, mediada pelas leituras, no contexto de sociedades tecnológicas, globalizadas e grafocêntricas.

Palavras-chave: Narrativa (Auto)biográfica; Processos de (Auto)formação; Protagonista Anônimo; Práticas Sociais.

Abstract: The article presents part of a research which, resorting to oral narratives and ordinary writings of an elder, an anonymous protagonist – José Luiz da Silva, the collaborator -, sought to know the (human) and reader formation process of a subject who dared to construct knowledges autonomously, although he has been private to the right to scholar education, being literate in

¹ Professora Associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e pesquisadora no campo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. E-mail: janepaiva27@gmail.com

² Professor de História na rede municipal do Rio de Janeiro e Gerente de EJA da rede municipal de Mesquita. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: williamrb1067@gmail.com

other spaces. The study had theoretical aid from oral history, dialoguing with formation (self)biographical researches. The works of Ginzburg (2006), Darnton (2011) and Certeau (2013) contributed to the interpretation of narratives about collaborator's reading. Specially in this article is evidenced the nearness of José Luiz (self)formation process to the lived by Menocchio, the miller of Friuli, found and studied by Ginzburg in the records of the Inquisition. The understanding of the processes of knowledge structure about writing culture fulfilled by the narrator enabled to materialize non evident aspects for who is convinced that school is the privileged place of teaching and learning, that is what José Luiz denies and re-signifies when narrates his stories. The man reader who emerges from investigation is a result of his readings, religiosity which has been with him for a long time, and experiences - but it's not reduced to a reflection of these influences, because he read and re-create them. The answers to the provocations to his memory demonstrated singularities produced by the subject's perception in relation to the World. His experiences showed how formation is complex and how it becomes more complex mediated by readings throughout life, in the context of technological, globalized, graphocentric societies.

Key words: (Auto)biographic Narrative; (Self)formation Processes.; Anonymous Protagonist; Social Practices.

Introdução

O texto apresenta parte do resultado de uma pesquisa com abordagem qualitativa que, por meio das narrativas orais e escritas ordinárias³ de um protagonista anônimo, buscou conhecer o processo de formação de um sujeito que, mesmo privado do direito à educação escolar, alfabetizou-se em outros espaços e por meio desse fundamento indispensável para o desenvolvimento de aprendizagem (UNESCO, 2010, p. 3), aventurou-se à construção de conhecimentos de forma quase autodidata.

Situa-se, assim, a pesquisa no campo da história oral, não descartando propostas metodológicas das pesquisas (auto)biográficas de formação. Como tal, adotou-se o método morelliano proposto por Ginzburg (1989), examinando pormenores mais negligenciáveis.

A prática dessa abordagem (auto)biográfica tem permitido visão mais crítica da ciência e da produção do saber científico, propondo superação de pontos de vista estritamente disciplinares, elaborando termos de pesquisa e do saber ancorados na dimensão concreta e singular da experiência humana. Pôs-se, portanto, a serviço de um estudo que intentou compreender os fatos a partir da perspectiva dos que protagonizam a história não ao lado dos grupos hegemônicos, mas dos que atuam como protagonistas anônimos da História (Vainfas, 2002).

³ Segundo Fabre (como citado em Cunha, 2007, p. 60), “As escritas ordinárias ou sem qualidade são aquelas realizadas pelas pessoas comuns e que se opõem aos escritos prestigiados, elaborados com vontade específica de ‘fazer uma obra’ para ser impressa”.

Esta abordagem, ao possibilitar a exploração do processo de autoformação na vida cotidiana de diversos atores sociais, principalmente idosos e excluídos da história, permite conhecer suas aquisições e ainda explorar processos de formação (Pineau, 2006, p. 329).

A pesquisa fundamentou-se em relatos orais da vida de José Luiz, nascido em Araruna no estado da Paraíba, em 1929, que migrou para o Rio de Janeiro na década de 1950, em busca de melhores condições de vida para si e para a família (mãe e irmãos abandonados pelo pai quando tinha 12 anos de idade). Por meio dessa abordagem (auto)biográfica foi possível entender modos de constituição de um indivíduo como ser social singular e interpretar o contexto histórico de cada etapa marcante de sua vida; seu processo educativo, compreendendo ainda como internalizou o mundo exterior, metabolizando-o; e como se apropriou de bens materiais e imateriais para desenvolver suas artes de fazer e viver, construindo sua identidade (Delory-Momberger, 2012).

José Luiz apresenta uma certa erudição que, a princípio, não condiz com a pouca escolarização desde a infância. Frequentou, aos dez anos de idade, uma classe promovida por instrutores particulares sem formação acadêmica, durante alguns meses, quando adquiriu habilidades de leitura e rudimentos da escrita; no decorrer da juventude, folhetos de cordel o ajudaram a manter e desenvolver essas habilidades.

A educação formal só veio a acontecer aos 39 anos de idade, quando frequentou um curso supletivo para receber a certificação de ensino primário, a fim de garantir o emprego, devido à exigência de lei federal (LDB n. 4.024/61) e a Constituição Federal de 1967, promulgada no governo militar. Depois de seis meses de curso, foi aprovado. Na empresa onde trabalhava, teve contato com literaturas que permitiram sua autoformação. Embora a Bíblia fosse a fonte primeira de inspiração à leitura mais sistemática, depois dos cordéis na cidade de origem, José Luiz lia o que lhe vinha às mãos, e algumas das primeiras leituras não se apagaram da memória, como obras de Heródoto, por meio das quais teve contato com pensadores gregos antigos, assim como com O Papa e o Concílio, de Rui Barbosa.

Na pesquisa, o olhar foi fixado sobre a capacidade de escrita, leitura, interpretação e apropriação do sujeito, assim como o desejo insaciável de aprender constituídos fora do espaço escolar formal. Essas observações levaram à indagação quanto ao papel social da instituição escolar e suas reais possibilidades de contribuição para a formação de sujeitos aprendentes e cidadãos ativos.

Por se apoiar em fontes orais, em memórias — reconstruções, portanto — a pesquisa requereu cuidados no tratamento dessas fontes. Segundo Lang (1996), memórias constituem evocação do passado visto pela perspectiva do presente, marcada pelo social, cuja reconstituição inclui memória individual e coletiva.

No recorte efetivado para este artigo, apresenta-se o autor das memórias narradas como leitor de mundo e de textos, e autor de suas próprias ideias, comparando-o com Menocchio, um sujeito singular, representante da cultura em que estava inserido, em diálogo com a cultura hegemônica, estudado por Ginzburg (2006) e publicado em *O queijo e os vermes*. A forma como Ginzburg (2006) perscrutou os

discursos de Domenico Scandella — o Menocchio — serviu de experiência da qual se lançou mão para tratar os discursos de José Luiz, também perscrutando suas leituras e influências sobre seu pensar e seu modo de ser, porque o que pensamos constitui o que somos.

Diferentemente do pesquisador italiano que buscou reconstruir, a partir de um caso particular, fragmentos da cultura das classes subalternas ou, como prefere, a “cultura popular”, como crenças camponesas sofrem expurgo no período da chamada Idade Moderna, pela ação repressora da Contra Reforma, o interesse da pesquisa em questão não foi por definir a cultura popular brasileira no recorte temporal selecionado para o estudo das narrativas ou escritos de José Luiz. O que se buscou identificar como representativo do sujeito foram os fatores de exclusão do direito à educação presentes em sua história de vida, e que o levaram, assim como têm levado outros sujeitos de mesma condição socioeconômica a se afastarem da escola, ou de pouco a terem frequentado.

Por aproximações e distanciamentos, até mesmo porque sujeitos distintos, que viveram em espaçotempos diferentes e com outras singularidades muito peculiares, o artigo se construiu por esta escolha, assim justificada.

Percurso investigativo

Ginzburg (2006), com sua investigação, abriu caminho para outras com sujeitos oriundos de lugares sociais distintos daqueles tratados pela historiografia tradicional, sobretudo, aquelas preocupadas com o *status* científico da História. Seu conceito de circularidade cultural abriu precedentes para outros aprofundamentos dessa dinâmica da prática cultural. Foi com essa perspectiva que se buscou conhecer o processo de formação de José Luiz, um homem comum, oriundo da classe trabalhadora que, como Menocchio, ousou ler clássicos e textos religiosos que, a princípio, não se adequavam a seu grau de formação. Diferentemente do moleiro de Friulli que tinha como filtro de suas leituras as tradições culturais do campo, José Luiz fez leituras dos livros e da vida a partir da doutrina cristã, embora esta última também tenha participado da configuração dos pensamentos de Menocchio. Como narrado na história de Menocchio, também percebo em escritos e marginálias de José Luiz a circularidade da cultura erudita e da cultura popular — sob a influência dos meios rural e urbano que compuseram suas experiências —, com a cultura cristã (católica) e, depois, protestante. Foi na urdidura dessas leituras e vivências que se teceram as subjetividades do colaborador dessa pesquisa.

Adotou-se o caminho reconhecido por Ginzburg (2006, p. 29) como primeiramente percorrido por Lucien Febvre (2009) no estudo sobre Rabelais: identificar “os múltiplos fios que ligam um indivíduo a um ambiente, a uma sociedade, historicamente determinados”. Partiu-se, assim, para também identificar os fios que constituíram o colaborador, e que contribuíram para a sua formação como leitor e escritor, não no sentido de separar esses fios, mas de perceber como eles se trançaram, construindo o tecido de sua subjetividade. Qualquer aparente separação feita foi

apenas um recurso para a exposição do estudo, sem deixar de insinuar os entrecruzamentos.

Ginzburg (2006) trabalhou com fontes restritas: a) documentos de dois processos inquisitoriais contra o moleiro friulano, quando foi absolvido pelo primeiro e condenado pelo segundo, morrendo na fogueira da Inquisição, como indica; b) duas folhas escritas pelo próprio acusado e documentos sobre a vida de um dos filhos de Menocchio. Por meio desse material, reconstruiu fragmentos da cultura das classes subalternas ou cultura popular.

Percorrendo discursos de Menocchio, registrados pelos inquisidores, e exemplos de outros acusados por práticas de heresia, inclusive moleiros — sujeitos que afirmavam convicções próximas, em alguns pontos, às de Menocchio, permitiu-se afirmar que o pensamento do moleiro estava na sua formação cristã, em suas leituras, em seus contatos com outros sujeitos que comungavam ideias consideradas heréticas pela Igreja. Mas, o autor demonstrou que o tecido construído pelos fios encontrados foram cerzidos pela cultura popular camponesa pré-cristã, ainda presente na sociedade europeia do século XVI, em particular na península itálica; assim como pela capacidade intelectual do moleiro. Da confluência possível entre essas linguagens e conteúdos, ora convergentes, ora divergentes, surgiu um pensamento próprio, nem por isso totalmente original, que marcou a subjetividade de Menocchio, e que defendeu, sobretudo na primeira detenção pelo Tribunal do Santo Ofício. Trabalho árduo do historiador, por se tratarem de depoimentos colhidos em interrogatórios que comprometiam não só o autor do discurso, mas também aqueles que por ele pudessem ser denunciados como ouvintes ou participantes na configuração de suas ideias. Menocchio escondeu a todo custo suas fontes, com exceção dos livros, que declarava com menos reticências. Assim, Ginzburg (2006), adotando um paradigma indiciário, farejando vestígios, mesmo os menores, indicou os fios que participaram da trama da subjetividade encontrada nos discursos de Menocchio que, de certa forma, o distinguiu no seu tempo e contexto social.

Na pesquisa que dá origem a este artigo, trabalhou-se com discursos construídos pelo entrevistado em parceria, desvendando de forma direta os fios de sua formação, embora muitos deles não fossem evidentes ao próprio sujeito, como não o são para ninguém. Por isso, exigem um trabalho meticuloso, leitura farejadora nos discursos, escavação de fios menos visíveis, imperceptíveis ao entrevistado e ao entrevistador no encontro dialógico, para revelar mesmo aqueles mais capilares que influenciaram a trama de um sujeito leitor e escritor, autor de suas próprias ideias, na rede complexa que constituiu a história de vida de José Luiz da Silva.

A contribuição de Ginzburg (2006) foi, portanto, fundamental, subsidiando, pela comparação proposta, grande parte do trabalho com as narrativas de José Luiz. Contribuição também relevante foi encontrada em Darnton (2011), que ajudou a desenhar a estrutura do texto e suas abordagens. Bosi (1994), com *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, orientou a construção metodológica. Auxiliou com seus estudos o resgate da memória tão impregnada em um idoso, cujas limitações da constituição corpórea podem até trazer restrições, mas guardam uma consciência

impregnada de representações capazes de unir os tempos passado e presente, proporcionando revelações que outras fontes não tornariam possível conhecer.

Os conceitos de memória de Bosi (1994) — e seguidos pela pesquisa — foram urdidos a partir do diálogo com teorias de Bergson (1959), Halbwachs (1956) e Barlett (1932, 1947), que consideram como as lembranças do passado tornam-se características nos sujeitos de mais idade, e como essas memórias são construídas não apenas de fatos reais vividos, mas conformes ao que os sentidos apreenderam e ao que as experiências de vida moldaram em cada sujeito.

Leituras: escritas nas páginas da vida — de Menocchio a José Luiz

Escritores inventaram muitas maneiras de introduzir seus leitores nas narrativas, uma vez que toda narrativa pressupõe um leitor, mesmo os textos mais herméticos escritos sem finalidade de publicação:

[...] toda leitura se inicia a partir de um título inscrito no texto. O texto pode escavar a si mesmo e o leitor reagir contra a semente ou extrair novo significado de palavras familiares: daí as infinitas possibilidades de interpretação propostas pelos desconstrutivistas e pelas leituras dos originais que moldaram a história cultural [...] (Darnton, 2011, p. 233).

O maior interesse da pesquisa foi o de conhecer as reações do sujeito colaborador às leituras que realizou ao longo da vida, ou pelo menos àquelas mais presentes em seus discursos, das quais foi capaz de apreender trechos e recitá-los em meio a suas falas. Cabia perceber até que ponto José Luiz não fora um leitor “intruso” em obras que leu, como as de Rui Barbosa, mesmo que o texto impresso tivesse circulado em meios pelos quais não imaginaria o autor ao escrevê-lo e ao ter em mente um leitor implícito. Ginzburg (2006) encontrou algumas respostas em um leitor do século XVI, ao estudar seus depoimentos inquisitoriais, e forneceu pistas para conhecer, em parte, a reação e ou influência de alguns textos lidos por José Luiz, em sua formação.

Também José Luiz tem pensamento complexo, não reduzido à concepção única, ou melhor, não apoiado em uma única fonte. Embora dissesse que a Bíblia era sua regra de fé, seus conceitos sobre o mundo e as coisas dialogavam com outras teorias, produzindo suas próprias convicções, o que o aproximava — não nas ideias, mas na forma como constituía seu pensamento — a Domenico Scandella, o Menocchio, de Ginzburg (2006), e cujos discursos valeram para o estudo em tela e para as reflexões sobre os sentidos construídos por historiadores:

Cada vez mais se interessam [os historiadores, hoje] pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam

nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso (Ginzburg, 2006, p. 15).

Recupera-se, inicialmente, o contexto da pesquisa de Ginzburg (2006) tomada como referência, de modo a favorecer o leitor que ainda não a conheça. O desenvolvimento da explanação, entretanto, já se fará em diálogo com Menocchio, pela aproximação de uma com a outra. Pesquisando sobre a seita dos Benandanti, em Friulli, nos arquivos inquisitoriais da Cúria Episcopal de Urdini, Ginzburg (2006) descobre, em 1962, documentos dos julgamentos de Domenico Scandella, um moleiro mais conhecido como Menocchio. Mais tarde, um novo estudo permitiu desvendar, mesmo parcialmente, a cultura e o contexto social nos quais o moleiro friulano se forjou. O historiador percebeu que o contato com a cultura escrita e a leitura de textos religiosos e clássicos — literaturas não reservadas a seu grupo social — foram filtradas pela cultura oral da época, século XVI.

Ao buscar um conceito de cultura que contemplese melhor seus achados, opta por Mikhail Bakhtin, por este reconhecer a dicotomia entre a cultura das classes hegemônicas e a das classes populares, entendendo que ambas são culturas, diferentemente dos conceitos tradicionais aristocráticos que não reconheciam as manifestações das classes subalternas. Em ambas, identifica características próprias, não isoladas do seu estrato social de referência, interpenetram-se, ou melhor, circulam em movimento, como a palavra bem traduz. Assim, apoiado no conceito de circularidade de Bakhtin, Ginzburg (2006, p. 12) formula a hipótese que persegue em seu texto, de que “entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”.

Ginzburg (2006, p. 22-23) assim resumiu seu posicionamento:

Às classes subalternas das sociedades pré-industriais é atribuída ora uma passiva adequação aos subprodutos culturais distribuídos com generosidade pelas classes dominantes (Mandrou), ora uma tácita proposta de valores, ao menos em parte autônomos em relação à cultura dessas classes (Bollème), ora um estranhamento absoluto que se coloca até mesmo para além, ou melhor, para além da cultura (Foucault). É bem mais frutífera a hipótese formulada por Bakhtin de uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante.

O que saltou aos olhos de Ginzburg (2006) com o caso de Menocchio, tornando o sujeito ainda mais interessante, além de sua forma exótica de descrever a origem do mundo e dos homens, foi a percepção que teve de que, em Menocchio, imiscuíam-se “elementos obscuros populares com ideias claras e consequentes”, que variavam do radicalismo religioso ao naturalismo tendencialmente científico, às aspirações utópicas da renovação social como as que levaram à sedição camponesa condenada por Lutero, em exemplo claro do fenômeno de circularidade cultural formulado por Bakhtin.

Ginzburg (2006), ao perguntar-se que relevância poderia ter, num plano geral, as ideias de um indivíduo único em relação aos de seu nível social, dá outros

encaminhamentos à leitura dos depoimentos do moleiro nos autos do processo inquisitorial. Apesar de não considerar Menocchio um camponês “típico” do seu tempo, seus próprios contemporâneos o viam como diferente, o que provocava certo isolamento do sujeito. Ginzburg (2006, p. 25) identifica nele alguns pontos de convergência — além de fatores de unidade comuns entre os diferentes indivíduos do mesmo grupo social, como a cultura e a língua, “uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” — com a cultura camponesa da época. Responde, assim, sua própria indagação:

[...] mesmo um caso limite (e Menocchio com certeza o é) pode se revelar representativo, seja negativamente porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por “estatisticamente mais frequente,” seja positivamente porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados, provenientes quase todos de “arquivos da repressão” (Ginzburg, 2006, p. 26).

No nosso caso, literaturas do acervo do colaborador fizeram-nos indagar semelhantemente a Ginzburg, ao perceber nos discursos de Menocchio a presença de leituras feitas em contextos desfavoráveis: como esses textos eram lidos pelo sujeito? Como os contextos do seu tempo e sua crença religiosa influenciaram na forma de apreensão dessas leituras?

As indagações de Ginzburg (2006) ecoaram em nós, e de Certeau (2013), aproximamo-nos quando este aponta lacunas ainda existentes nos estudos sobre leitura, e critica a condição de receptáculos, em atitude de passividade, como tradicionalmente a elite intelectual considera o consumidor de livros ou de qualquer outro produto, inclusive midiáticos:

Infelizmente, a abundante literatura consagrada à leitura só fornece precisões fragmentárias sobre este ponto ou destaca experiências letradas. As pesquisas se referem sobretudo ao ensino da leitura. E se aventuram mais discretamente pelo lado da história e da etnologia [...]. Mais numerosas em sociologia, elas são geralmente de tipo estatístico: calculam as correlações entre os objetos lidos, lugares sociais e lugares de frequência ao invés de analisarem a própria operação do ler, suas modalidades e sua tipologia (Certeau, 2013, p. 241).

No caso do estudo sobre o moleiro, seu autor chegou a algumas conclusões: mesmo que este tenha entrado em contato, por meio de suas leituras, com ambientes cultos, “suas afirmações em defesa da tolerância religiosa, seu desejo de renovação radical da sociedade apresentam um tom original e não parecem resultado de influências externas passivamente recebidas” (Ginzburg, 2006, p. 28).

Não se podem negar as influências externas sobre os enunciados do sujeito. Pela leitura de Bakhtin (1992), depreende-se que somos de certa forma produto das vozes de outros, constituídos na intersubjetividade. José Luiz é o resultado de suas leituras, vivências, religiosidade, mas não se reduz a mero reflexo dessas leituras ou dos diversos meios em que interagiu, pois seu pensamento tem um tom de

originalidade, não se manifestando como simples resultado dessas influências externas recebidas de forma passiva, pois respostas dadas a provocações também externas foram particularmente suas, engendradas a partir de sua própria percepção.

Portanto, não se tem nenhuma pretensão de homogeneizar um grupo social pelo estudo de um sujeito, nem o contrário, tornar o sujeito homogêneo ao grupo, ambas propostas reducionistas. Fez-se o estudo do sujeito procurando examinar seus trajetos de formação, sem que isso implicasse um regresso aos indivíduos, no sentido que Certeau (2013, p. 37) adverte:

O atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir do qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los. Recusado por mais de um século de pesquisas sociológicas, econômicas, antropológicas ou psicanalíticas [...]

Na experiência de Menocchio, a relativa liberdade de pensamento foi concedida pela Reforma, ao dissolver a unidade doutrinária do catolicismo de forma oficial, quando alguns reis, nobres e burgueses abraçaram a nova doutrina, oficializando-a em alguns territórios. Esse contexto histórico criou brechas por onde o moleiro entrou, consciente ou não de que eram brechas, e constituiu sua singularidade. A conversão de José Luiz ao protestantismo possibilitou uma certa liberdade de pensamento, tendo em vista que sua prática cristã anterior era muito pautada na superstição, comum a uma religião praticada em um meio onde a oralidade era a principal forma de promoção dessa religiosidade. O ambiente pouco escolarizado e a prevalência do analfabetismo podem favorecer princípios e doutrinas que independem da leitura — e conseqüentemente do pensar crítico sobre o que se lê — amalgamando-se aos costumes e valores da cultura popular local.

A postura de Domenico Scandella diante do Tribunal da Inquisição não se guiava pela prudência, mas por sentidos particulares. Analogamente, levou-nos a pensar quais teriam sido os motivos para José Luiz construir suas narrativas, saber o que impulsionava seus discursos a outras direções e o que demonstrava com seu texto oral. Uma possível resposta a essas indagações poderia se encontrar na expectativa de ver suas ideias e sua história de vida registradas, uma vez que não concluíra a escrita de sua autobiografia — o que muito desejara. Menocchio, segundo a interpretação de Ginzburg (2006, p. 135), teve motivações próprias ao discursar imprudentemente frente aos inquisidores:

Mas ser interrogado e ouvido com tanta atenção por frades tão cultos (havia até um escrivão que transcrevia suas respostas) devia ser quase inebriante para quem até aquele momento tivera um público composto quase exclusivamente de camponeses e artesãos semianalfabetos.

José Luiz teve interlocutores mais privilegiados, em sua formação, do que Menocchio, antes da prisão; mas as conversas gravadas e filmadas talvez tenham

despertado nele sentimentos semelhantes aos descritos por Ginzburg, sabedor que era da finalidade dos encontros e de que suas ideias e histórias seriam conhecidas em ambientes diversos de suas relações sociais, e por pessoas com formação bem distinta da que teve. O receio de uma possível exposição se esvaiu, diante da sensação de ser ouvido e entendido ou, pelo menos, de ter conhecidas suas histórias. Essas motivações para narrar podem levar, como levaram Menocchio, a perder muitas vezes a prudência nos discursos e a se expor frente a "inquisidores", interessados mais em condenar e punir pela ousadia das ideias, do que pelo interesse em compreendê-las.

Ginzburg (2006), empenhado em mostrar como Menocchio lia seus textos, demonstrou como se formara seu pensamento, chegando a várias conclusões. Do mesmo modo, os percursos transitados no esforço dessa pesquisa também ajudaram a responder o "como" das leituras de José Luiz.

Os exemplos de Menocchio e de Ranson, um comerciante da França do século XVIII e leitor da classe média, apaixonado pelas obras de Rousseau, e estudado por Darnton (2011, p. 206), "sugerem que a leitura e a vida, a elaboração de textos e a compreensão da vida, estavam muito mais intimamente relacionados no início do período moderno do que estão hoje". Por isso, o autor propõe um método de análise para conferir sua tese, "comparando os relatos dos leitores sobre sua experiência com os registros de leitura em seus livros e, quando possível, com seu comportamento".

Esta relação profunda da vida e da prática de leitura nas experiências de José Luiz, um homem do século XX/XXI, portanto, de um recorte temporal diferente do apontado por Darnton (2011), é percebida em seus relatos, permitindo ver o quanto suas leituras influenciaram seu modo de pensar e seu comportamento. Observou-se, por exemplo, a forte influência da leitura de textos bíblicos, de leituras de Rui Barbosa e de John Wesley. Por meio das narrativas, compreenderam-se as mudanças nos processos internos da leitura, como fez Darnton (2011), aproximando-se de Ginzburg (2006) e seu Menocchio. Alguns desses aspectos da leitura também foram encontrados nos relatos orais de José Luiz, nem tanto em seus escritos.

Assim como Menocchio é crítico com relação às autoridades religiosas, José Luiz o é não apenas em relação a figuras do catolicismo de sua região de origem, o Nordeste, mas também a autoridades religiosas da denominação metodista a que se filiou pouco depois de sua migração. Não escapam de suas críticas outras lideranças midiáticas, mesmo declarando acompanhar programas religiosos de adventistas na TV, compartilhados nas conversas.

José Luiz vê a Bíblia como fonte suficiente de conhecimento e de revelação para a fé e a salvação, e afirma não haver necessidade de intermediação externa para obter tal conhecimento. Diferentemente de Menocchio, que não aceitava os evangelhos como parte dos textos sagrados, nem acreditava na predestinação (Ginzburg, 2006), José Luiz defende a integralidade do cânon bíblico. Quando orientava estudos, segundo ele, não influenciava ninguém com suas ideias: "[...] tempo que estive dando estudos na Chatuba. Eu tinha as ideias minhas, mas minhas ideias eu não passo para o grupo todo, falando. Eu não passo. Isso fica guardado para mim, principalmente sobre a predestinação. Não passo para ninguém não". Ensinava que

assim como ele lia, e falava o que descobrira na leitura da Bíblia, todos deveriam buscar o conhecimento por conta própria.

Menocchio parecia não valorizar nenhum dos sacramentos do cristianismo; José Luiz valoriza os dois que o protestantismo abraça: o batismo e a eucaristia, sem a crença da transubstanciação. No entanto, não vê nenhum sentido ou virtude no ato em si, valoriza uma religião interna, na sinceridade do relacionamento pessoal do crente com o Criador. Apega-se a ideias de Santo Agostinho e de João Wesley, e se diz alguém que nunca deu “trabalho” aos pastores, porque sempre resolveu seus problemas sozinho.

“Gostaria que se acreditasse na majestade de Deus, que fôssemos homens de bem e que se fizesse como Jesus Cristo recomendou [...] ‘Amar a Deus e ao próximo’” (Ginzburg, 2006, p. 48), afirmou Menocchio perante os inquisidores que, como José Luiz, descomplica o cristianismo. Essas palavras não distanciam muito os pensamentos de um e de outro, porque também a personagem atual via o cristianismo não como religião de contemplação, mas de práticas, sobretudo voltadas para o outro.

Menocchio tinha consciência de que não havia diferença entre o papa e nenhuma outra pessoa, e ainda considerava que os sacramentos e as leis da igreja eram mercadorias, invenções, sendo elas as responsáveis pelos privilégios dos padres: “[...] graças a elas os padres engordavam” (Ginzburg, 2006, p. 58). José Luiz passou a ter interpretação parecida da igreja católica depois que abraçou o metodismo. Entretanto, tinha com os superiores da igreja o mesmo respeito com que falava de antigos patrões, do dono do supermercado com quem sempre conversava, com pessoas diplomadas com quem se relacionava. Parecia hierarquizar as relações como se desse valor menor a si mesmo por não ter títulos, diplomas acadêmicos. Não diviniza líderes religiosos ou qualquer autoridade em sua fala, nem desprezo ao outro por ocupar lugares inferiores na sociedade desigual. Não sem preconceitos, sua fala apresenta visões estereotipadas que se formaram a partir de leituras de outros discursos, que talvez pudessem ser desfeitas se tivesse mais leituras sobre os temas, pois não se mostrava pessoa difícil de ouvir, diante de discursos fundamentados. Era sempre mais dogmático com assuntos religiosos; para os demais, mostrava-se mais flexível, talvez por sua própria curiosidade pelo saber.

O princípio de autoridade cega, justificada por eleição divina, desconstruído pelo protestantismo, foi o mesmo que empoderou Menocchio a romper com a autoridade de seu tempo, pensando e falando o que pensava, e que o levou à prisão e à morte. A consciência de direitos, do moleiro, veio do plano religioso:

O que levava Menocchio a negar, de maneira impetuosa, em seus discursos as hierarquias existentes não era só a percepção da opressão, mas também a ideologia religiosa que afirmava a presença, em cada homem, de um “espírito”, ora chamado de “Espírito Santo”, ora de “Espírito de Deus” [...] (Ginzburg, 2006, p. 59).

Esse era o mesmo conceito de liberdade que inspirava José Luiz a ler, interpretar e comunicar o que pensava a qualquer um com quem pudesse interagir. Por isso estudou, mesmo não tendo formação básica, junto com formandos e formados,

ousando discutir com aqueles de posição hierárquica superior nas instituições; por isso instruiu outros também a buscarem seu conhecimento por conta própria, não ficando somente na condição de ouvintes ou recebedores do que ouviam, mas formando seus próprios conceitos.

As diferenças de contexto social entre Menocchio e José Luiz permitiam que a liberdade praticada pelo segundo se desse, mesmo sem ter tido a colaboração do Estado para adquirir a competência da leitura e da escrita, liberdade que muitos, no Brasil e no mundo, ainda não adquiriram. Essa liberdade foi a prática de José Luiz, porque a concepção de cidadania e de democracia, mesmo que incipiente na sociedade, já a tocou e produziu mudanças, entre elas a liberdade de expressão, sem sofrer penas ou repressões de que Menocchio foi vítima.

Apontando alguns fios constituintes do pensamento de Menocchio, Ginzburg (2006) demonstrou a habilidade e a competência do sujeito na articulação do seu raciocínio. A relativa autonomia e criatividade se faziam, em meio à pressão da censura do sistema dominante, pautada nas prerrogativas do Concílio de Trento, que definira o que se podia ou não pensar, acreditar ou dizer, principalmente em assuntos concernentes à religião. No entanto, Menocchio ousava pensar e falar sobre o que acreditava, o que lhe rendeu a pena de morte, que Janine Ribeiro (2006, p. 210 *In*: Ginzburg, 2006), no prólogo da obra, assim interpreta:

Sua curiosidade, opiniões e destino fazem dele um desses homens para quem dizer o que pensam é tão importante que, por isso, arriscam a própria vida. Nem toda confissão é uma vitória da tortura; porque às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada.

O desejo de Menocchio se cumpriu, mesmo quando avisado do risco que corria de ser punido pelo Tribunal da Inquisição, ao querer estar frente às autoridades religiosas para anunciar suas ideias, principalmente durante seu primeiro aprisionamento. Talvez este fosse o mesmo interesse que levou Lutero a reafirmar suas teses quando convocado a se retratar diante da cúpula da Igreja. No entanto, oriundo de outro extrato social e sob uma proteção que Menocchio não contava, teve melhor sorte do que o moleiro.

José Luiz, tal como manifestava Menocchio, demonstrou desejo de mudanças na sociedade presente. Sua convicção nas escrituras parecem mais sólidas do que as do personagem de Ginzburg, o que o faz esperar pela confirmação de profecias apocalípticas. Distancia-se, assim, do moleiro friulano, que voltava suas expectativas mais ao mundo terreno e fortemente influenciado pela dimensão do mundo próximo. Ou seja, da realidade que conhecia e não aceitava, provocada pela crise econômica de Montereale, agravada por epidemias, emigrações, sobretudo com a dominação de Veneza na região e a decadência da cidade, com viagens ultramarinas em período de expansão do comércio europeu e o rompimento do monopólio comercial italiano no Mediterrâneo. A situação tornava insuportável o peso da Igreja com intolerâncias e impostos, aos olhos de homens como Menocchio, advindo de classes populares.

Entretanto, há aproximações, em alguns aspectos, ao contexto em que se insere José Luiz, pela leitura de realidade feita a respeito do tempo presente: a crise da política nacional, a violência, a reforma agrária e outras temáticas pertinentes e os rumos imprecisos da sociedade brasileira em meio a tudo isso, o que afeta a economia. Informações e contra-informações das mídias, que geram sensação de desordem, caos e ingovernabilidade, para ele que demonstra, em muitos casos, posições bem conservadoras, denotando a influência de veículos de comunicação sobre sua visão dos acontecimentos.

Como leitor do *Supplementum*, escrito por autor anônimo (um possível frade de Foresti), Menocchio lera sobre o cisma provocado por Lutero: “Desejava que existisse um mundo novo e um novo modo de viver, pois a Igreja não vai bem e não deveria ter tanta pompa” (Ginzburg, 2006, p. 139). Do mesmo modo, o moleiro também almejava a construção de um mundo novo, embora seu pensamento doutrinário não fosse o mesmo de Lutero. Suas ideias nada tinham a ver com milenarismo: “o ‘mundo novo’ que desejava era uma realidade exclusivamente humana, a ser alcançada por meios humanos” (Ginzburg, 2006, p. 142).

As tensões vividas por José Luiz, cidadão crítico e religioso, eram agravadas ao que percebia ocorrer no cristianismo nas últimas décadas, provocando-lhe desapontamentos as notícias de escândalos políticos, econômicos e de procedimentos na vida pessoal de líderes renomados, a multiplicação de denominações religiosas e de doutrinas. O que demonstrava ser mais angustiante dizia respeito à falta de rumo de sua própria denominação religiosa, com atitudes parecidas entre José Luiz e Menocchio. O *mundo novo* para José Luiz estava associado, ou melhor, só era possível pela renovação do próprio homem. Para um possível mundo novo, era necessário um homem novo e uma mulher nova. As injustiças temporais tornavam-se menores diante dos erros de sua religião, que a seu ver não poderia estar agindo nem passando por situação de desvio de seus fundamentos.

Como Menocchio, que contrastava suas críticas agudas à igreja às amenas críticas feitas às autoridades políticas, José Luiz via mais a necessidade de transformação da igreja e de suas práticas, exercendo ela, a contento, sua missão evangelizadora no mundo. Talvez mirasse sua visão no que ocorreu na Inglaterra, com a mudança na vida de alguns operários: a educação dos filhos nas escolas dominicais; a população inglesa atendida em escolas e hospitais fundados pelos metodistas, cobrindo a falta de poder público e amenizando a dor dos oriundos das classes pobres. Dessa maneira, mantinham-se na mesma condição os outros operários e seus filhos não alcançados pela atuação desses grupos religiosos, até que o Estado viesse fazer, para todos, o que a religião só conseguia fazer para alguns, com recursos limitados. Para José Luiz, talvez este fosse o novo mundo, um mundo de todos, todos iguais, sem exploração, sem fome, sem catástrofes climáticas e geográficas que atormentavam, sobretudo, os menos favorecidos, possível pelo regresso do Cristo morto e ressurreto.

Ao ser acusado de ter violado o jejum na época da quaresma, Menocchio justificava seu jejum em outros termos: “O jejum foi feito para o intelecto, para que os humores não caiam; eu, por mim, gostaria que se comesse três ou quatro vezes ao dia e

não bebesse vinho para que os humores não caíssem mais” (Ginzburg, 2006, p. 147). A reprovação à bebida feita por Menocchio, de certa forma expunha a moralidade religiosa aparente de uma igreja que não censurava a bebida e a embriaguez, certamente comum em um mundo cheio de injustiças sociais. Talvez a bebida funcionasse como válvula de escape para aliviar a carga de opressão sobre os menos favorecidos e, também, porque arrefecia possibilidades de movimentos e sentidos de organização de grupos contra a opressão. Um fator aparentemente de desordem, mas que ajudava a manter a ordem dominante. José Luiz faz críticas semelhantes quando católico. Compartilhando um meio marcado pela opressão, de um povo castigado pela fome, miséria e descaso estatal, ele, como os demais coetâneos, tinha o hábito da bebida, adquirido desde a adolescência. No entanto, incomodava-se com os efeitos causados por ela e queria deixar o que para ele se tornara um vício.

Menocchio escreve o texto de sua defesa durante seu julgamento na primeira prisão. Texto que, segundo Ginzburg (2006), demonstrava sua pouca familiaridade com a escrita e que o levou à condenação não só por prática de heresias, mas por ser considerado um heresiarca, sentenciado à reclusão e a situações de humilhação, tendo que carregar pelo resto da vida a marca da condenação. Essa característica na formação de Menocchio também foi notada em José Luiz, que se sentia muito mais à vontade com a leitura de textos alheios do que com a escrita de seu próprio texto. Talvez a pouca prática do texto escrito, uma vez que não teve formação escolar regular, trouxesse algumas dificuldades, como se pode perceber em seus cadernos de anotações, embora fosse amante da poesia e gostasse de escrever nesse estilo.

Mostrando como as leituras compunham o pensamento do moleiro friulano, cujas ideias se articulavam com outras fontes, Ginzburg (2006) recuperou-as, embora não dispusesse de uma lista completa nos documentos investigados, apenas títulos citados nos depoimentos e inferindo outros possíveis de terem sido lidos ou não por Menocchio. Com isso, foi capaz de analisar os temas e formas de abordagem que emergiram em seus discursos, e capturar o raciocínio do moleiro. Esse exercício deu mais consistência à desconfiança do pesquisador de que por trás das ideias do réu da Inquisição havia fundamentos de uma cultura camponesa perseguida e, por isso, silenciada nos espaços públicos, mas viva entre as camadas populares da sociedade italiana, e possivelmente de toda a Europa do século XVI, como suspeitara.

Uma das diferenças, percebida entre a pequena aldeia Urdini, onde Menocchio viveu e a de Logradouro, lugar onde José Luiz nasceu mais de quatro séculos depois, está na circulação de livros naquele ambiente rural europeu: “para essas pessoas o livro fazia parte da experiência comum; era um objeto de uso” (Ginzburg, 2006, p. 77), enquanto na aldeia de José Luiz, o livro, segundo suas narrativas, era objeto de poucos e lido por bem menos ainda:

Nada, nada, nada. Essa dona Tereza, ela já tinha um livrinho já. Aquele livrinho já da antiga. Porque naquele meu tempo lá, havia uns livros antigos religiosos, que não alcancei praticamente nada. [...] Eu não tinha acesso. Eu não podia comprar nada de livro, nada de nada. É por isso que eu digo, no

meu tempo já havia uma grande, uma grande luz só que eu não tinha acesso por causa da questão da pobreza. Não tinha acesso a livro, às vezes, eu via livro na mão dos outros, tinha uma vontade danada de ler. E comprar nem imaginar e nem pensar.

José Luiz usa uma expressão para representar o conhecimento e a possibilidade de acesso a livros — própria do movimento Iluminista, que definia como “luz” o conhecimento racional, do qual seu pensamento não se diferenciava. Para José Luiz, Rui Barbosa foi quem lhe deu essa “luz” para muitas coisas: “O Rui, mesmo, me deu muita luz nisso...”. O que se percebia é que fizera do jurista uma espécie de professor particular, a quem recorria para explicar fatos da sociedade hodierna, assim como para buscar métodos de acesso a novos conhecimentos:

[...] E vê, por exemplo, [...] a “Oração aos Moços”. [...] uma peça que te leva a conhecer o mundo. Não sei por que hoje não se ensina mais. [...] e hoje ninguém sabe nada disso! Não sabe quem foi ele... [...] A luz que o Rui tem. [...] O homem era conhecido como ninguém, tanto é que esse Zola, a inspiração dele foi baseada em Rui, do Brasil. Conseguiu vencer a França toda, convencer a França, perdendo em todas as instâncias da lei, mas convenceu. [...] Mas se você pergunta aos meus netos, eles não sabem nada, lá nas suas escolas não ensinam. [...] Tinha uma coleção de 32 livros. [de Rui Barbosa]

Ver nomes ligados ao renascimento entre os autores lidos por Menocchio surpreendeu os inquisidores e também a Ginzburg (2006), obras destinadas a outro público e, muitas, listadas no índice da igreja. Menocchio demonstrava originalidade na leitura, interpondo-se entre o texto e provocando interlocuções com outras vozes e formulando suas próprias conclusões. Do mesmo modo, surpreenderam algumas obras e autores de predileção de José Luiz, brochuras que exigiam grandes esforços de leitura e entendimento que não se adequavam ao perfil de um *semianalfabeto*, como José Luiz se qualificava, ainda que fosse impossível classificá-lo assim. Sua interlocução com o texto, a apropriação que fazia da palavra dos autores, às vezes citados de memória, eram colocadas nos contextos que representavam o significado que o leitor dá a essas palavras. Ainda que seu filtro fosse, em grande parte, a doutrina cristã que tomava como verdade para si, seu texto narrativo era resultante de uma urdidura própria do autor, tecida a partir dos conhecimentos construídos na interação com autores dos livros que lia, da palavra das pessoas com quem dialogava, da Bíblia, dos sermões que ouvia sempre com postura questionadora, com o que via e escutava nos programas televisivos que assistia.

A liberdade de pensar e de dizer o que pensava pressupunha que o sujeito fosse também livre para fazer as articulações que bem entendesse, principalmente quando não enunciava a palavra do outro. Ginzburg (2006) vê *deformações* nas leituras de Menocchio, ao não conseguir encontrar o que não constava dos autos, e que talvez desejasse: alusão explícita a textos e citações de autores da época que lhe escapavam na pesquisa. Essa percepção do pesquisador se assemelhava ao olhar dos

inquisidores, que viam nas ideias do moleiro *deformação* quanto ao que consideravam certo e consoante à doutrina que representavam. Esse caminho foi evitado, ao tratar as falas de José Luiz. Optou-se por outro passo do historiador:

Foi o choque entre a página impressa e a cultura oral, da qual era depositário, que induziu Menocchio a formular – para si mesmo em primeiro lugar, depois aos seus concidadãos e, por fim, aos juízes – as “opiniões” [...] [que] saíram da sua própria cabeça (Ginzburg, 2006, p. 80).

Segundo Ginzburg (2006, p. 95), Menocchio lera poucos livros, “desse, mastigara, triturava cada palavra. Ele os ruminava durante anos; durante anos palavras e frases fermentavam em sua cabeça”. José Luiz leu um número considerável de livros, numa época em que o acesso a eles era mais possível do que a Menocchio. Se num primeiro momento a maior dificuldade de José Luiz fora acessar os livros, pela questão financeira, sua paixão por leituras desenvolveu táticas para consegui-los, mais tarde: empréstimos, compras em sebo, doações e mesmo driblando suas finanças para adquiri-los em livrarias, feiras de livro ou encomendas. Em seus discursos percebia-se a mesma “metodologia” para apropriação dos textos, descrita por Ginzburg (2006) sobre como Menocchio lia: uma leitura mastigativa e ruminante, idas e vindas aos textos em busca de sentidos.

Menocchio descreveu algumas leituras que o deixaram confuso, como o livro de Mandavilla. Alguns textos exigiam outros conhecimentos cuja leitura truncava-se quando estes faltavam, mesmo fazendo uso de dicionários. José Luiz contou também suas dificuldades com alguns textos clássicos, os quais exigiram dele leitura mais lenta, cheia de idas e vindas, e mesmo abandono de algumas obras.

“Mesmo não tendo o volume à mão, Menocchio se lembrava muito bem até mesmo literalmente do seu conteúdo” (Ginzburg, 2006, p. 133). Essa mesma capacidade de memorização de textos foi possível se verificar nas falas de José Luiz, quando citava textos bíblicos, pensamentos de Rui Barbosa e de John Wesley, de forma literal.

A pedagogia apoiada na memorização considera esta, assim como a capacidade de repetição do texto pelo indivíduo, um sinal de consolidação da ocorrência de aprendizagem. No entanto, percebeu-se a coerência dos textos recitados por José Luiz com o contexto onde eles apareciam, demonstrando a apreensão do sentido desses textos, mesmo que particular, e não como um ato de simples retórica para impressionar o ouvinte.

Considerações finais

Trabalhar com a abordagem (auto)biográfica, fazendo uso da entrevista como procedimento para a apreensão da palavra do autor, exigiu o exercício de escuta atenta, de silêncio, de suspensão de juízo e de (pre)conceitos, deixando-se ser tocado pela narração da experiência do outro, de saber se colocar diante desse sujeito com o qual

se construiu, em conjunto, o trabalho científico. Esse exercício faz com que pesquisadores estejam também diante de si mesmos, pois induz a rememoração e o repensar de experiências pessoais e profissionais, buscando novos sentidos.

A opção pela pesquisa (auto)biográfica tornou possível pensar uma proposta de recorte temporal que fugisse à linearidade progressista, à medida que se propôs acompanhar o tempo histórico a partir da experiência do sujeito-autor. Sua rememoração apontou a realização de uma trajetória de vida que fugiu ao controle de algumas forças deterministas, marcantes nos diversos contextos históricos de uma sociedade caracterizada por relações hierarquizadas, injustas e discriminatórias.

Resgatar a história desse sujeito anônimo, a partir de memórias de experiências vividas como tantos outros de condições socioeconômicas e culturais semelhantes, sem desprezar o que de inusitado emergia de suas narrativas e constituía sua identidade, permitiu dar visibilidade a marcas de exclusão, mas também de como se constrói a dignidade a despeito de contrariedades, aproveitando, com astúcia, as brechas no modelo instituído, promotor “natural” de exclusão ou de inclusões diferenciadas: de forma privilegiada para alguns e, precariamente, para uma grande massa. Não há como deixar de contextualizar, na pesquisa (auto)biográfica, questões ligadas a desigualdades sociais e regionais, uma vez que esses aspectos influenciam diretamente a capacidade de as pessoas elaborarem e compreenderem, em linguagem aceitável, sobre elas mesmas, e o acesso aos meios de expressão e de afirmação social e política — aspectos que emergiram nas narrativas do sujeito, pois nesses contextos sua identidade foi produzida.

Estudar a trajetória (auto)biográfica de José Luiz permitiu pensar um outro lugar para a educação escolar brasileira e as marcas e ou ausências deixadas no processo de formação do sujeito. Um aspecto essencial aparece na trama do colaborador: o reconhecimento de saberes subjetivos e não formalizados que colocou em prática nas experiências de vida, em suas relações sociais e profissionais. Saberes que, dependendo da origem social e das oportunidades educacionais, colocam-se ao lado de saberes formais destacados nas instituições escolares em geral.

Ao se encontrar um leitor-escritor cujo processo de formação, atravessado por contextos históricos adversos, foi constituído por fios que pouco cruzaram a escolarização formal, observou-se que os fios não se perderam, tecidos em espaços cotidianos, trançados a leituras outras motivadas pela relação do protagonista a diversos espaços sociais trabalho, família, igreja, curso profissionalizante — espaços de autoformação. As experiências da investigação mostraram o quanto a formação de um indivíduo é complexa e se complexifica mais no contexto da sociedade tecnológica, globalizada e grafocêntrica. No caso de José Luiz, o não direito à educação promoveu algumas limitações não superadas, especialmente em aspectos relacionados ao reconhecimento social e ao uso da escrita, parcimoniosamente feito por ele. Mesmo constituído como leitor e escritor, formando-se na vida mais do que na escola, conferiu-lhe em parte certa dignidade, embora bem soubesse que isto não bastava.

Comparado a Menocchio, José Luiz foi, também, um autodidata. Ambos deixaram rastros aparentemente ocultos das influências que configuraram seus pensamentos nos livros que leram; de pessoas que emprestavam livros; daqueles com os quais dialogavam sobre temas ligados à religião, à sociedade e à cultura camponesa/rural do meio onde viviam; de clérigos e de missas que frequentaram. Na formação de José Luiz, a habilidade de aprender, de ler, de escrever constituíram sua subjetividade e influenciaram sua forma de pensar.

Resgatar a história de um homem para libertá-lo, no sentido benjaminiano, é trazê-lo da sua obscuridade e pôr à luz alguns aspectos da trajetória de vida, clareando também realidades históricas. Isso Ginzburg (2006) faz com Domenico Scandella: retira dos escombros da história registros deixados por um modelo dominante na transição da modernidade, possibilitando conhecer a história de outros que, como ele, têm sido eliminados e silenciados pelos “vencedores”. Assim também se fez com as experiências pessoais de José Luiz da Silva. As realidades experienciadas por ele, pelas leituras feitas, permitiram a reconstrução de um passado que pôde provocar reflexões e quem sabe novas atitudes emancipatórias. A singularidade de que a pesquisa (auto)biográfica se dá como tarefa a apreender não é uma “singularidade solipsista”, mas uma singularidade atravessada, informada pelo social, uma vez que é o social que lhe dá seu quadro e seu material (Delory-Momberger, 2012, p. 524).

Menocchio sofreu, antes da condenação, a tortura não só dos inquisidores, mas a da solidão, por não ter como compartilhar dialogicamente suas dúvidas e ideias a respeito de uma cosmogonia que engendrou a partir de sua cultura campesina, dos textos que leu e muitas vezes em choque com a doutrina cristã. A necessidade de compartilhá-las e discuti-las, levou-o à prisão e à imprudência diante de seus algozes. Para nós, o risco, até certo ponto, parece ter valido a pena, colocando-o em pé de igualdade com outros de maior reconhecimento social, como os autores do Renascimento vítimas da Inquisição. Mas o risco levou-o à morte. Mais importante do que as leituras e outras influências que recebeu foi a forma “como leu” e “o que fez de suas experiências”, demonstrando uma postura ativa diante do conhecimento. Tal como Menocchio que compreendia de outro modo a aventura da vida, os discursos de José Luiz também se trataram, na realidade, de leituras construídas a partir de experiências de vida e das literaturas que leu, não iguais aos nossos, e nem por isso menos legítimos.

José Luiz talvez, ao narrar, tentasse decifrar os mistérios da vida, procurando preservar o que julgava importante em sua própria vida para não deixá-la cair no esquecimento. Com certeza, em José Luiz, a vontade de lembrar é mais do que uma saudade de velho. Desejoso de (re)construir seu passado, “ele está movido pelo anelo profundo de reafirmar a unidade do seu eu, de sentir que efetivamente desempenhou algum papel ativo nas vicissitudes da própria existência” (Rónai *in* Rosa, 2001, p. 18).

Ao analisar os discursos de José Luiz, percebemos que suas leituras e as redes construídas a partir das relações no trabalho, na comunidade religiosa e em outros espaços sociais permitiram-lhe acesso a conhecimentos que extrapolaram sua restrita formação escolar e, mesmo, sua condição socioeconômica. A liberdade de pensamento

e expressão, balizada pelos dogmas da fé que voluntariamente abraçou, permitiu a construção de ideias e sua divulgação, provocando polêmicas nos diversos espaços que frequentava, fosse o familiar, o religioso, a comunidade vizinha ou mesmo o ambiente de trabalho, antes de sua aposentadoria.

Refletindo sobre as narrativas de José Luiz, pode-se perceber o tipo de leitura que fazia dos textos escritos, assim como do mundo à sua volta e ou à leitura de mundo que fazia a partir das próprias leituras. São as leituras que fazemos dos outros ou a partir dos outros, mediadas pelo que somos, que agem refratariamente em nós, sendo capazes de nos afetar e nos impulsionar à produção de outras ideias e atitudes. Mesmo os grandes nomes da história, que se eternizaram por suas ideias, não foram isentos de processos de releitura de outros textos.

Referências

Bakhtin, M. (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Cia. das Letras.

Certeau, M. (2013). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer* (20a ed.). (E. F. Alves, Trad.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Brasil. (1967). *Constituição do Brasil de 1967*. Brasília. Recuperado em 20 junho 2014, de <http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf>

Cunha, M. T. S. (2007). Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. *UNESP – FCLAs – CEDAP*, 3 (1) (pp. 45-62). Recuperado em 22 abril 2015, de <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/8/455>.

Darnton, R. (2011) *História da leitura*. In: BURKER, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas* (M. Lopes Trad.). (pp. 203-241). São Paulo: Editora Unesp.

Delory-Momberger, C. (2012). Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. (Trad. Anne-Marie M. Oliveira Trad.). *Revista Brasileira de Educação*, 17 (51) (pp. 523-536).

Febvre, L. (2009). *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. (M. L. Machado Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. (F. Carotti Trad.). São Paulo: Cia. das Letras.

Ginzburg, C. (2006). O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. (M. B. Amoroso Trad.). (Rev. Téc. H. Franco Jr.). São Paulo: Cia. das Letras.

Lang, A. B. S. G. (1996). História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: Meihy, José Carlos Sebe Bom (org.). (Re)Introduzindo a História Oral no Brasil. (pp. 33-47). São Paulo: Xamã.

Lei n. 4.024/61. (1961). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Recuperado em 20 de junho 2014, de <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>.

Pineau, G. (2006). As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. (M. T. Van Acker e H. C. Chamilian Trad.). Educação e Pesquisa. (32) pp. 329-343. São Paulo, maio/agosto.

Rónai, P. Três motivos em Grande sertão: Veredas. (2001). In: Rosa, J. G. Grande Sertão: Veredas. (19a ed.). (pp. 15-20). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Unesco. (2010). Marco de Ação de Belém. VI Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Brasília, Brasil: Unesco: MEC.

Vainfas, R. (2002). Os protagonistas anônimos da história: micro-história. Rio de Janeiro: Campus.